

***ANÁLISE DE UMA PLANTA DE PONTE DE LIMA  
(17--/18--): CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA  
PAISAGEM URBANA***

**ANALYSIS OF AN IMAGE OF PONTE DE LIMA  
(17--/18--): A CONTRIBUTION TO THE STUDY OF  
THE URBAN LANDSCAPE**

**ANTÓNIO MANUEL PORTELA DE SÁ PEREIRA**

Laboratório de Paisagens, Património e Território - Lab2PT  
Universidade do Minho  
[aammpsp@gmail.com](mailto:aammpsp@gmail.com)

**CARLA SOFIA FERNANDES XAVIER**

Laboratório de Paisagens, Património e Território - Lab2PT  
Universidade do Minho  
[carlaxavier@ics.uminho.pt](mailto:carlaxavier@ics.uminho.pt)

Recibido: 01/11/2017

Aceptado: 01/05/2018

**RESUMEN:** Entre la documentación perteneciente al Convento de Pópulo (Braga), conservada en el Archivo Distrital de Braga, hay una representación iconográfica, sin fecha, representando un paisaje que identificamos con Ponte de Lima. A partir de los interrogantes planteados al analizar este documento, planteamos una metodología de investigación centrada en la comparación entre diferentes fuentes y esta representación iconográfica, como una contribución al estudio arqueológico e histórico del paisaje urbano.

**PALABRAS CLAVE:** Convento de Pópulo, Ponte de Lima, paisaje urbano, representación iconográfica, Braga

**ABSTRACT:** In the documentation belonging to the Convent of Pópulo (Braga), preserved in Braga's District Archive, there is an iconographic representation, undated, picturing a landscape that we identified as being Ponte de Lima. Based on the questions that emerged from the document observation, we rehearsed a methodology of investigation centred in the comparison of different sources and this specific iconography, as a contribution to the archaeological and historical study of urban landscape.

**KEYWORDS:** Convent of Pópulo, Ponte de Lima, urban landscape, iconographic representation, Braga

## INTRODUÇÃO

No fundo monástico-conventual do Arquivo Distrital de Braga, mais precisamente no acervo referente ao Convento do Pópulo, da Ordem dos Agostinhos, encontra-se um documento, sem legenda nem data, designado de “Planta da Propriedade” pelo inventário (Araújo, Silva, 1985: 66)<sup>1</sup>. Trata-se de uma única folha de papel, com as dimensões de 31 cm por 43,2 cm, que possui representado de forma iconográfica um aglomerado urbano com uma fortificação circular e uma ponte, inserido numa paisagem que se prolonga para o verso da folha (Fig. 1).

Tendo em consideração o cariz truncado e a singularidade da representação, o presente artigo pretende proceder a uma abordagem preliminar a este documento iconográfico, procurando, num primeiro momento identificar qual o núcleo urbano que se encontra representado na imagem, e simultaneamente, avaliar o seu potencial para a análise da paisagem urbana, nomeadamente de Ponte de Lima, núcleo urbano que em princípio se encontra representado na referida iconografia.

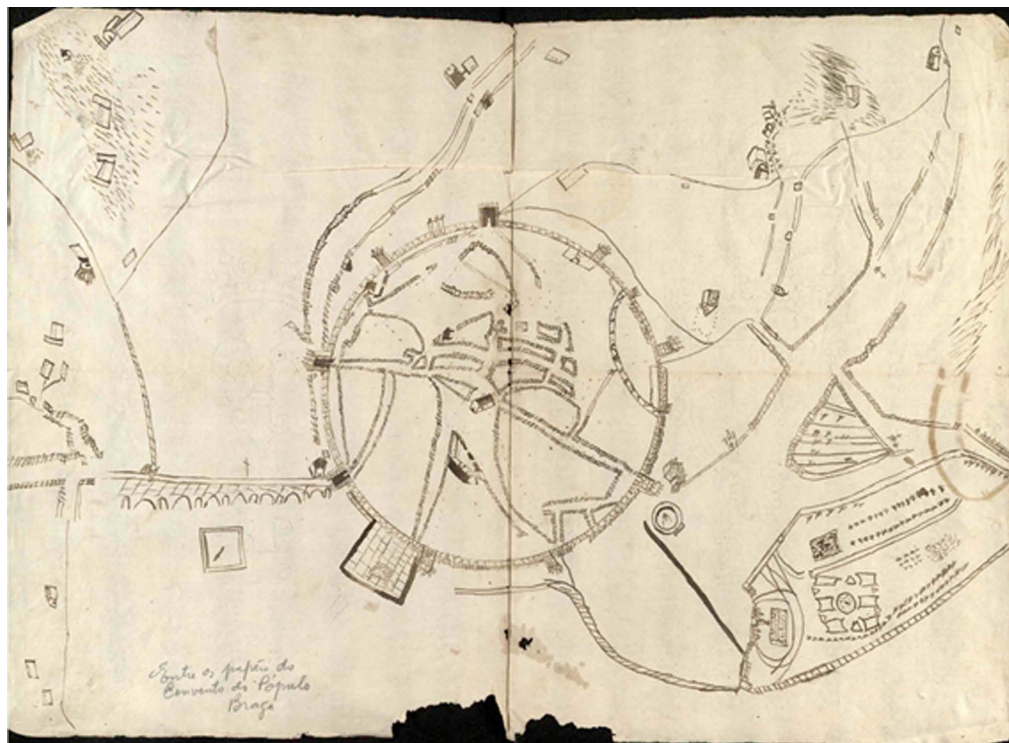
Este estudo insere-se, pois, na linha de muitos outros trabalhos que usam as fontes iconográficas como instrumento de análise, a partir dos quais é possível extrair novos dados que contribuem para a análise, nomeadamente, da paisagem urbana. Os exemplos sobre a pertinência da utilização deste tipo de fontes extravasam os limites cronológicos, sendo certo que é sobretudo a partir do Renascimento que as plantas e mapas de cidades se avolumam e permitem analisar variadas temáticas relacionadas com a organização e estruturação do espaço urbano, mas também com o seu edificado. A título de exemplo refira-se a obra *Civitates Orbis Terrarum*, de Georg Braun e Franz Hogenberg, publicada na cidade alemã de Colónia, entre os anos de 1572 e 1618, que integra a gravura de várias cidades europeias, nomeadamente portuguesas, que se constituem por vezes a primeira ilustração geral conhecida para estas cidades (Bandeira, 2000).

Na realidade, a utilização das fontes iconográficas, sobretudo quando utilizadas conjuntamente com outro tipo de fontes, como as escritas ou arqueológicas, tem ajudado à interpretação da paisagem urbana de muitas cidades históricas, como demonstram, por exemplo, os estudos realizados em Espanha, nomeadamente para as várias cidades da Cantábria, como Baiona (Arízaga Bolumburu e Bochaca, 2016), Vitória (Martínez

---

<sup>1</sup> Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico-Conventual, Agostinhos, A38, doc. 549. Na sequência da comunicação oral deste texto, no âmbito das II Jornadas Internacionais: Evolução dos Espaços Urbanos e seus Territórios no Noroeste da Península Ibérica (Braga, 23-24 de abril), foi possível integrar a referida planta na exposição cartográfica levada a cabo pelo Arquivo Distrital de Braga e pela Biblioteca Pública de Braga entre 4 e 30 de novembro de 2015 (Araújo, Sousa, Cunha, 2015: 40).

Martínez e Arízaga Bolumburu, 2017) ou Pamplona. Também a nível nacional esta metodologia tem logrado avanços significativos no estudo diacrónico das cidades, como se verifica para Braga (Ribeiro, 2008) ou para vários outros núcleos urbanos portugueses ou de influência portuguesa, nomeadamente brasileiros (Valla e Teixeira, 2010).



**Fig. 1.** “Planta da Propriedade” existente no acervo documental do Convento do Pópulo (Arquivo Distrital de Braga). Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico-Conventual, Agostinhos, A38, doc. 549.

Neste sentido, este trabalho pretende proceder à identificação do espaço representado, à sua aferição cronológica, bem como à problemática inerente à sua elaboração. Assim, num primeiro momento, descreve-se o processo adotado para a identificação do objeto de representação e, num segundo momento, caracterizam-se as estruturas e espaços representados, nomeadamente o sistema defensivo e o castelo, algumas infraestruturas, como a ponte, os cais, ou caminhos, certos edifícios religiosos, entre outros, numa leitura continuada e dinâmica do espaço urbano, quer seja para a

área definida pelas muralhas medievais, quer seja para a sua periferia. Posteriormente, indaga-se sobre a problemática da cronologia do documento, procurando-se, nomeadamente, estabelecer a correlação existente entre a data da elaboração do desenho e alguns aspetos da paisagem urbana que se encontram representados no mesmo. Procura-se, deste modo, e simultaneamente, balizar cronologicamente os elementos urbanos representados, tendo em conta, nomeadamente, que alguns correspondem a épocas passadas, que já não integrariam a paisagem urbana à data da elaboração do documento, especulando-se, ainda, sobre as razões que podem justificar algumas anacronias registadas. Por fim, tecem-se algumas considerações sobre o potencial desta fonte iconográfica para a leitura e análise da evolução da paisagem urbana de Ponte de Lima.

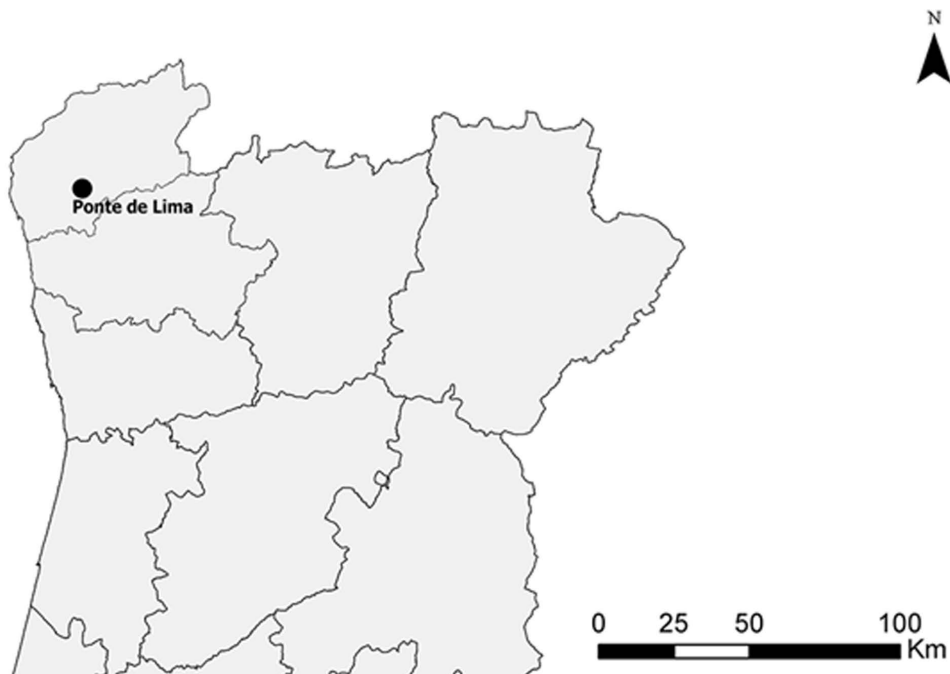
## 1. IDENTIFICAÇÃO DA PLANTA

A mera observação do documento, permite verificar que nele se encontra representado uma paisagem urbana constituída por um núcleo de morfologia circular, situado na margem de um curso de água e rodeado por arrabaldes também eles já com indícios de urbanização. Na composição do núcleo, as estruturas e elementos topográficos representados parecem suscitar uma estética medieval, ainda que a mancha urbana, tal como anteriormente referido, pareça já possuir uma implantação para além do perímetro amuralhado.

A observação permite-nos também verificar que da representação constam elementos de uma forma de urbanismo específica. O sistema defensivo definidor da morfologia da urbe, o templo principal cuja localização central promove um desenvolvimento radial e as artérias sinuosas que moldam os quarteirões em formas irregulares, ou seja, elementos que remetem de forma imediata o observador para o urbanismo medieval.

No entanto, relativamente às cidades medievais portuguesas, é inegável que “(...) *nenhum núcleo urbano surge do nada, à margem de enquadramentos humanos e geográficos (...)*” (Carvalho, 1989: 9). O aparecimento de um espaço urbano, de forma abstrata, não resulta apenas de uma ação específica, mas antes de um conjunto de fatores ocorridos num determinado espaço e ao longo de um determinado período. Todavia, a gênese espontânea e o desenvolvimento orgânico que determinaram o aparecimento de alguns espaços urbanos portugueses, tiveram como consequência uma forma urbana de cariz singular que conferiu a cada um destes espaços uma morfologia identitária.

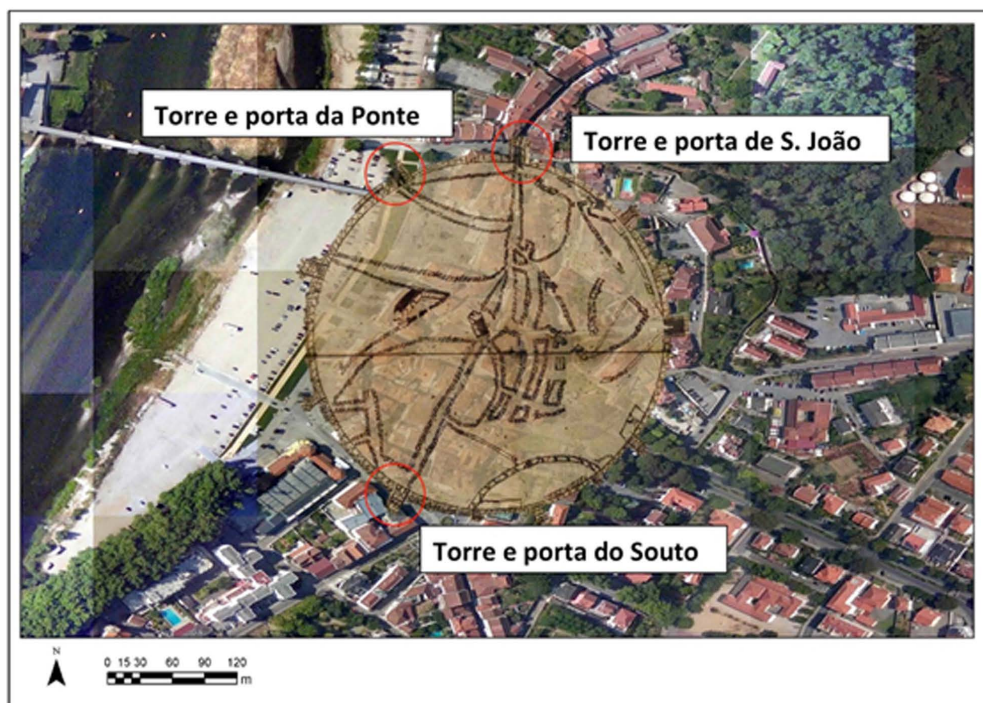
Junto com o carácter morfológico, para o caso em concreto, a análise do documento, conservado de forma avulsa e sem suporte informativo, o edificado representado constituiu outro fator determinante para a realização de uma comparação empírica e direta entre os espaços urbanos portugueses e o espaço representado no documento. Procedendo-se ao exercício de correlação dos elementos que sobressaem na iconografia, nomeadamente a ponte e a configuração sistema defensivo, foi possível verificar que o desenho possui correspondência com a vila de Ponte de Lima (Fig. 2).



**Fig. 2.** Localização de Ponte de Lima no norte de Portugal (Cartografia dos autores).

Para testar esta possibilidade, o recurso a um sistema de informação geográfica (SIG) permitiu estabelecer uma confrontação entre a representação e o atual tecido urbano de Ponte de Lima. Definindo-se como ponto central o edifício possivelmente correspondente à Igreja Matriz, esta demarcação permitiu ajustar a rotação e a escala do espaço amuralhado da representação e proceder à sua respetiva georreferenciação.

Desde logo, o resultado obtido permitiu observar a existência de uma correspondência com parte das torres da representação e as torres do sistema defensivo medieval de Ponte de Lima, nomeadamente a torre do Souto, a sul, e as torres de São João e da Ponte, na parte norte da vila. (Fig. 3).



**Fig. 3.** Georreferenciação da “Planta de Propriedade” (Imagem de satélite: Google; Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549).

Ainda mediante o recurso à georreferenciação da representação, uma vez identificados os pontos de correspondência com o atual tecido urbano de Ponte de Lima, verificou-se ser exequível a identificação e caracterização do edificado representado. A paisagem registada na “Planta de Propriedade” agrega um conjunto considerável de estruturas, nas quais se incluem os elementos acima referidos, onde é possível individualizar cerca de 20 estruturas, agrupadas em tipologias distintas (religiosos, civis e militares) que integraram a evolução urbana da vila limiana pelo menos entre o período da ocupação romana e a época moderna (Fig. 4).

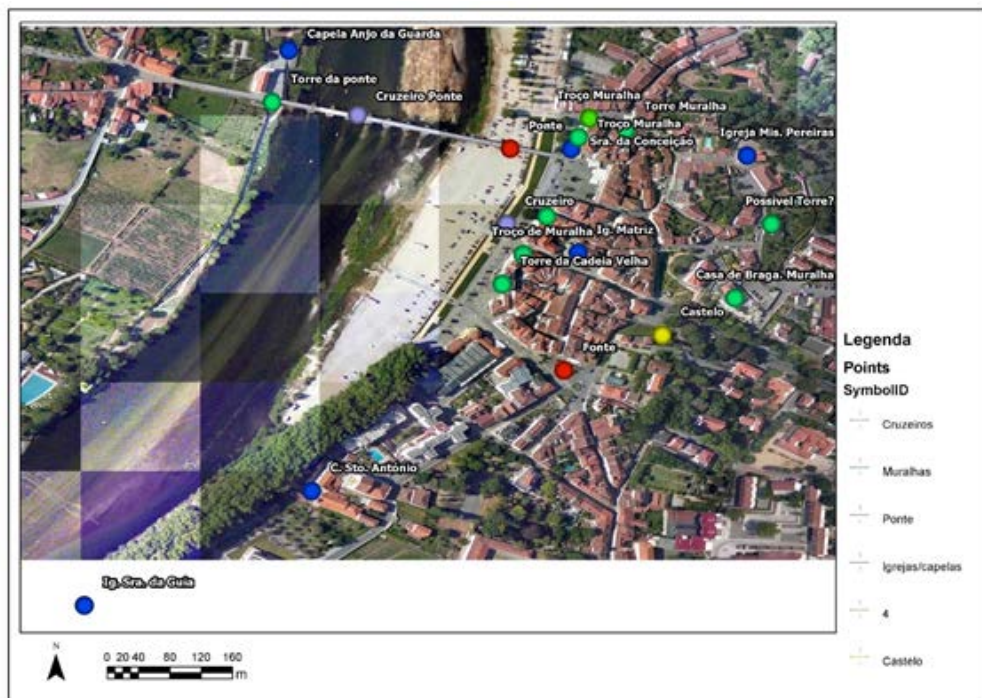


Fig. 4. Correlação dos pontos identificados na planta e no edificado de Ponte de Lima. (Imagem de satélite: Google).

## 2. LEITURA DA PAISAGEM URBANA

A paisagem representada na ilustração iconográfica em análise constitui também ela uma fonte importante para a leitura do tecido histórico de Ponte de Lima, nomeadamente no que concerne à evolução do seu edificado. Das estruturas representadas na iconografia, é possível identificar e caracterizar vários elementos que ainda se conservam na atual vila, edificações cuja conservação não chegou até nós, elementos que agora se encontram ocultados e fossilizados no edificado e ainda outras pouco documentadas e ainda estruturas que foram deslocadas da sua localização original.

No entanto, tendo em consideração que a partir do século XIX a transformação do núcleo urbano de Ponte de Lima, à semelhança das outras urbes, se passa a desenvolver a um ritmo bastante mais acelerado e de forma mais profunda, a abordagem

metodológica adotada incluiu, para além da tarefa de prospeção, o cruzamento de diferentes fontes, desde o edificado conservado às fontes iconográficas, documentais e fotográficas.

A Vila de Ponte de Lima localiza-se no norte de Portugal, integra a antiga região do Entre Douro e Minho e na atualidade é uma sede de município pertencente ao distrito de Viana do Castelo. Situada numa região que apresenta uma extensa ocupação cronológica, o território onde se encontra o atual núcleo urbano tendo conhecido um desenvolvimento contínuo pelo menos desde o período romano, atestado pela sua inclusão na via XIX enquanto ponto estratégico da ligação entre Braga e Astorga<sup>2</sup> (Almeida e Rodrigues, 2001: 191). Estratégia esta possivelmente relacionada com a viabilidade do local para a travessia do rio, tal como a ponte, que ainda hoje conserva a sua funcionalidade, parece demonstrar.

Todavia, a ocupação deste território deverá ter conhecido um paulatino processo de desenvolvimento na época medieval, que não se enquadra totalmente na tipologia da cidade medieval, portuguesa e europeia, que se desenvolve a partir de uma posição proeminente, com um núcleo original fortificado, que se estende para uma urbe amuralhada, tal como se verifica, entre outras, em Évora, Coimbra ou Lisboa (Gaspar, 1985: 133-134).

A transição para vila, formalizada pelo foral atribuído por D. Teresa, em 1125<sup>3</sup> e ainda no contexto do Condado Portucalense, deverá ter constituído um efeito da promoção urbana de iniciativa real, eclesiástica e senhorial para o desenvolvimento dos espaços pré-urbanos, nomeadamente de diversas urbes galegas, do noroeste peninsular entre os finais do século X e o século XII (Fernández-Sordo, 2010: 62-64).

O texto do foral de Ponte de Lima, revelador de um assentamento consistente possivelmente já com uma cadênciã urbana bastante expressiva, juntamente com as fontes coevas conhecidas não permite, contudo, aferir o estado de urbanização da vila do século XII, remetendo estas, ao invés, para os espaços rurais adjacentes (Andrade, 1990:13). Todavia, as transformações registadas nas centúrias seguintes levam a considerar que pelos finais do

<sup>2</sup> Tendo por base o itinerário de Antonino, Jeronymo Contador de Argote (1732: 324) indica a possibilidade de existência de uma *mansio*, ainda que ressalvando não ter certezas quanto ao tipo de ocupação designada por *Limia*. Já António Reis (2000: 34-35) refere que a localização da *mansio* deveria ocorrer no local de fronteira entre as freguesias de Rebordões-Santa Maria, Feitosa e Fornelos.

<sup>3</sup> A partir da confirmação do foral de Ponte de Lima por D. Afonso II, traduzida por António Matos Reis (2000: 61), do texto original outorgado por D. Teresa constava a seguinte designação: “*Aprove-me fazer vila o supra-nomeado lugar de Ponte*”.



século XIII Ponte de Lima materializava uma vila aberta, fruto do crescimento espontâneo e orgânico comum a outras vilas de menor dimensão da região do Entre Douro e Minho, como é o caso de Barcelos (Almeida, 1991; Ferreira: 1992; Pereira: 2012).

É apenas a partir do século XIV que passa a ser possível inferir sobre a constituição do espaço construído da vila limiana, uma vez que se assinala neste período um ímpeto construtivo transformador do espaço urbano medieval (Andrade, 1990:13). Na centúria de 300 ocorrem empreitadas como a reformulação da ponte e a construção do sistema defensivo, dois elementos modeladores do espaço urbano que se encontram em destaque na representação. Assim, a paisagem urbana de Ponte de Lima do século XIV parece constituir o marco cronológico inicial mais adequado para se proceder a uma leitura do edificado representado na “Planta de Propriedade”.

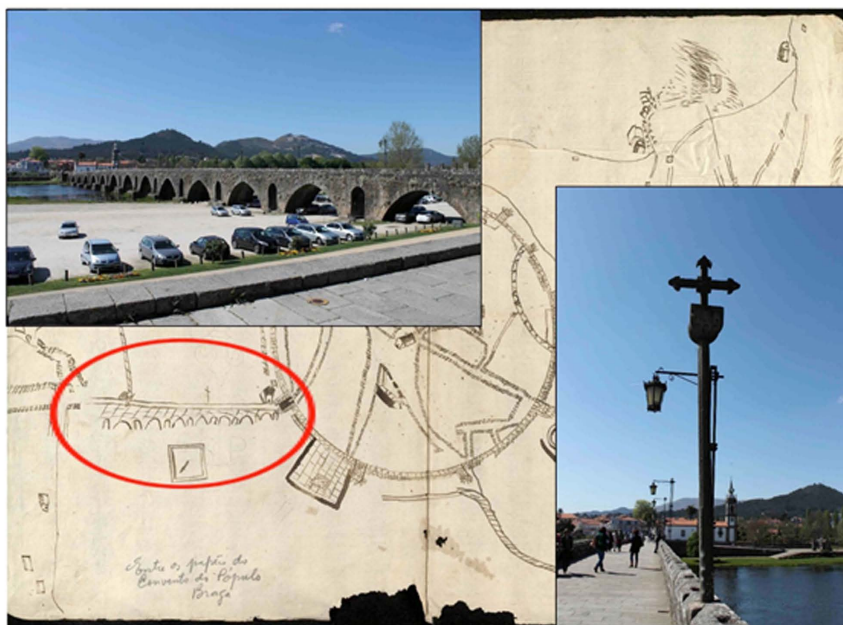
## 2.1. Elementos de transição

### 2.1.1. Ponte

Possivelmente a principal referência do edificado de Ponte de Lima, cuja importância desde logo se atesta pela inclusão no topónimo da vila, a ponte sobre o Lima é o elemento que mais expressivo da paisagem urbana limiana (Fig. 5). Uma estrutura fundamental pela sua funcionalidade de ligação e travessia do rio, a sua longa existência antecede a vila medieval, é subserviente de um itinerário viário do período romano<sup>4</sup> e é sobretudo o resultado, ainda que com alterações posteriores, de uma profunda intervenção realizada no primeiro quartel do século XIV (Reis, 2000: 80-81).

Atendendo ao estilo *naïf* que caracteriza a representação aqui em análise, não deixa de ser evidente o cuidado na realização de um registo pormenorizado e rigoroso da ponte. Para além da particularização de elementos construtivos, como a trama que mimetiza a cantaria do aparelho, o cariz medieval da estrutura está implicitamente representado na inclusão daquilo que parece ser uma remanescência da chamada “Torre Velha” e no perfil “quebrado” dos arcos, bastante mais expressivos nos arcos centrais da ponte.

<sup>4</sup> Pelas características que apresenta o troço a norte da Torre Velha, pensa-se que será esse o troço mais antigo da ponte, provavelmente datada do período romano. O restante corpo, que se desenvolve em direção à vila, deverá ser já uma obra datada do século XIV. Não obstante, vários autores ainda se interrogam sobre a dimensão construtiva da ponte romana. António Matos refere sobre a ponte romana que “*Dessa velha ponte (...) resta apenas um trecho, actualmente fora do leito do rio, a norte da igreja de Santo António da Torre Velha, (...). Continuando esse trecho e aproveitando ou não os fundamentos da ponte romana, (...) construiu-se, no primeiro quartel do século XIV (...) uma nova ponte sobre o rio*” (Carvalho, 2000: 80).



**Fig. 5.** Pormenor da ponte e do cruzeiro representados na “Planta de Propriedade” e ainda conservados no edificado (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549; Fotografia dos autores).

Ao centro, o desenhador chega ao pormenor de incluir o cruzeiro, representando-o apenas como uma simples cruz. Na verdade, trata-se do cruzeiro pétreo, colocado nas guardas da ponte e que apresenta um fuste simples, com arestas e encimado por uma esfera que na parte frontal ostenta as armas da vila e no topo superior a referida cruz.

### 2.1.2. Sistema defensivo

Como já referido, a construção de um sistema defensivo num espaço urbano promove inevitavelmente um impacto na sua morfologia e delimitação, seja ao nível da delimitação física do espaço, das constrições da topografia, ou mesmo do condicionamento que vai repercutir na evolução urbana decorrente.

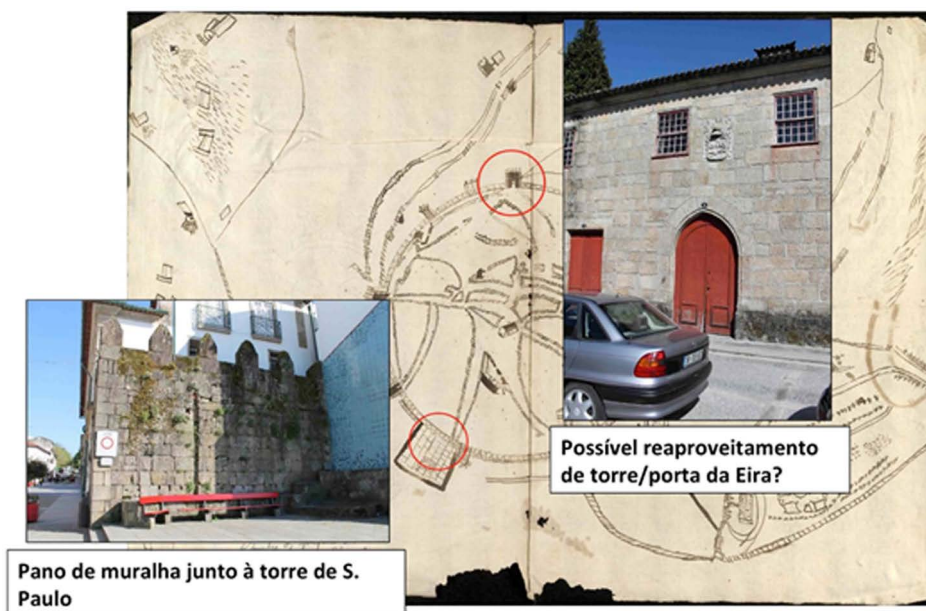
Não obstante, o sistema defensivo é também um importante indicador para o estudo do urbanismo, uma vez que tende a fossilizar-se no edificado e a perpetuar a sua morfologia e a do espaço urbano, por indissociabilidade, nas épocas posteriores.

No caso do estudo da “Planta de Propriedade”, é precisamente no ponto da morfologia do sistema defensivo que verificamos o maior foco de excentricidade da

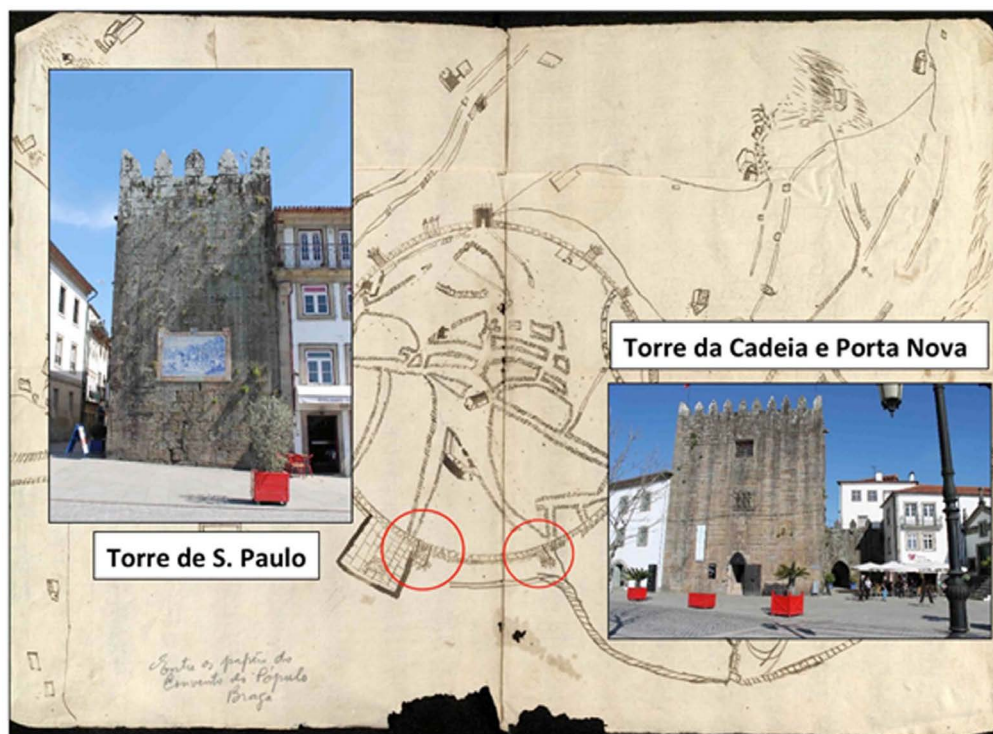
representação, onde a forma excessivamente circular constitui um foco de distorção da paisagem urbana limiana. O sistema defensivo medieval de Ponte de Lima apresenta uma forma tendencialmente oval, possivelmente devido a fatores comuns à implantação das cercas urbanas medievais, tais como condicionantes naturais ou a pressão exercida por uma evolução orgânica do edificado.

O sistema defensivo representado, que deverá corresponder à estrutura datada da segunda metade do século XIV, é constituído por um conjunto de panos de muralha com torreões adossados e intercalados por portas fortificadas. Em concordância com a constituição do sistema defensivo medieval de Ponte de Lima, a representação exhibe as torres e portas originais do século XIV, nomeadamente a Torre e Porta da Ponte, a Torre e Porta de S. João, a Torre da Esgrima, a Torre da Eira, a Torre e Porta de Braga, a Torre e Porta do Souto e a Torre e Porta do Postigo (Andrade, 1990: 15) (Fig. 6).

Em adição, a planta parece também já integrar as alterações efetuadas à cerca da vila nos séculos XV e XVI. É possível observar-se, por exemplo, a Torre e Porta do Castelo, datada do século XV, assim como a Torre da Cadeia Velha e a Porta Nova, adicionadas na centúria seguinte (Andrade, 1990: 16) (Fig. 7).



**Fig. 6.** Pormenor de elementos do sistema defensivo representados na “Planta de Propriedade” e ainda conservados no edificado (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549; Fotografia dos autores).



**Figura 7.** Pormenor das torres do sistema defensivo, com inclusões posteriores, defensivo representados na “Planta de Propriedade” e ainda conservados no edifício (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549; Fotografia dos autores).

Todavia, o sistema defensivo constitui outro exemplo do rigor aplicado aos elementos mais expressivos do edificado limiano representado. Da perspetiva da arquitetura militar medieval, as estruturas de reforço defensivo do sistema apresentam diferenças de representação, possivelmente relacionadas com o seu carácter funcional, entre a “torre” associada à defesa das portas e o “cubelo” associado a uma defesa por vigia do perímetro amuralhado.

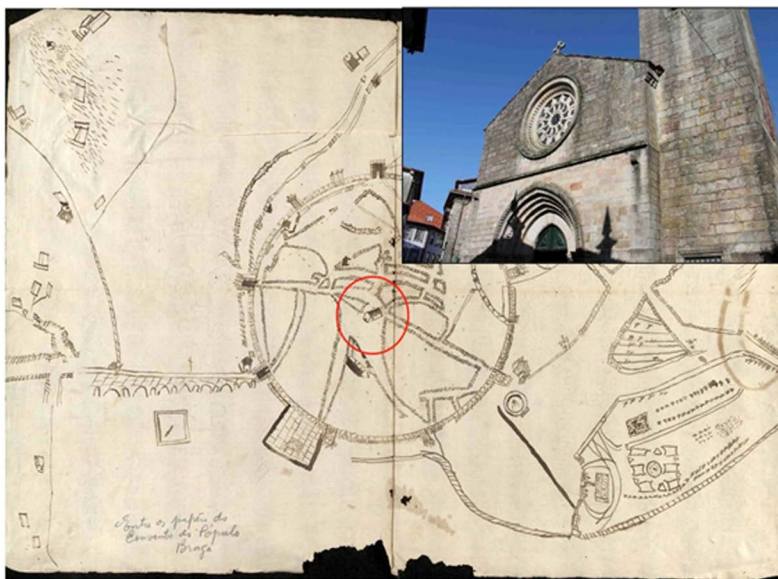
O registo iconográfico do sistema defensivo parece ainda evidenciar a hipótese de três das torres associadas a portas, nomeadamente a da Ponte, a de São João e a das Pereiras, serem abertas para o interior da vila. Trata-se de uma solução que tem um paralelismo, por exemplo, no sistema defensivo medieval de Barcelos, ainda que no caso da vila barcelense a construção do sistema defensivo tenha ocorrido no século XV (Pereira, 2012: 64).

## 2.2. Elementos e espaços intramuros

### 2.2.1. Matriz

O templo, tal como já referido, ocupa tendencialmente um lugar central no desenvolvimento das urbes medievais, constituindo um polo de agregação e ordenação do desenvolvimento urbano. A Igreja Matriz de Ponte de Lima (Fig. 8), de facto, encontra-se implantada num espaço central, em torno do qual a vila se foi desenvolvendo e modificando.

Todavia, a sua evolução construtiva é também um reflexo da evolução urbana de Ponte de Lima, uma vez que é o resultado de vários ciclos construtivos executados ao longo da diacronia, balizados entre o período de difusão do estilo românico, caracterizado pela sua orientação canónica e dimensões reduzidas e a época contemporânea, com as intervenções restauradoras da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, decorridas no período do Estado Novo. Segundo Amélia Andrade (1990: 22), apesar dos fragmentos da construção românica, o atual edifício traduz maioritariamente uma reformulação do século XV, uma vez que a igreja românica seria já nesse século insuficiente para a concentração de fiéis existente na vila.

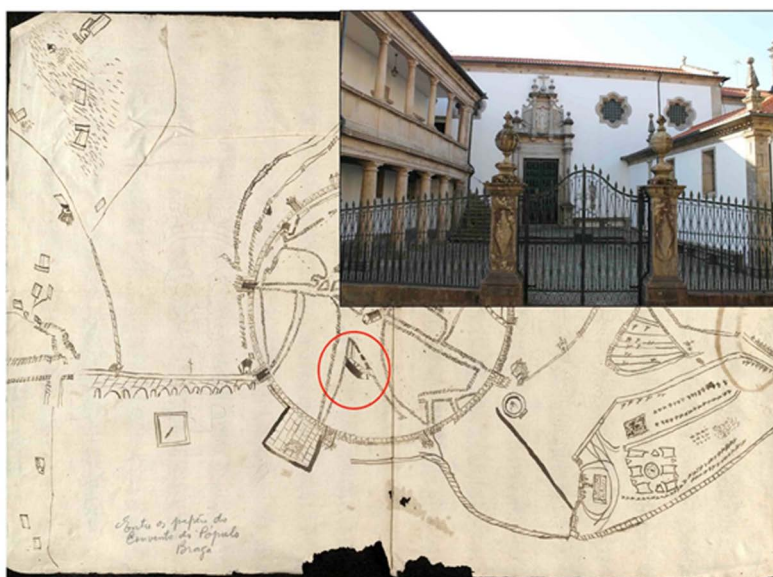


**Fig. 8.** Pormenor da Igreja Matriz representada na “Planta de Propriedade” e o edifício ainda conservado na atualidade (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549; Fotografia dos autores).

Ainda que, segundo a autora acima referida, a igreja construída na centúria de quatrocentos era a “(...) *construção mais notável da vila* (...)” (Andrade, 1990:22), na planta verificamos que a igreja possui o referido carácter centralizador, mas está representada em segundo plano, dada a forma simples e a pequena escala a que é representada e que contrasta com a imponência que possui atualmente e que ainda mais deverá ter possuído no passado, quando comparada com a topografia urbana do passado.

### 2.2.2. Misericórdia

Em frente à Igreja Matriz, situa-se atualmente o edifício primitivo da Misericórdia de Ponte de Lima (Fig. 9). Tal como o castelo, a presença deste edifício na representação constitui um importante indicador cronológico para a aferição do período representado no documento. Sendo uma edificação datada do século XVI, sabe-se que a sua implantação anulou uma das artérias medievais, a Rua da Fraria, que se encontra ausente do documento em questão<sup>5</sup>.



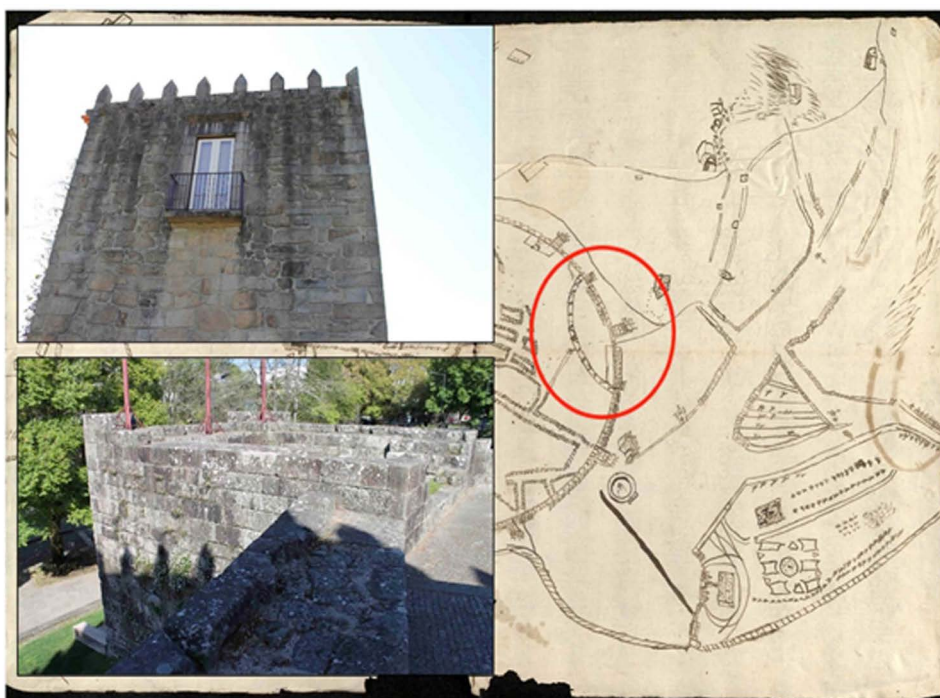
**Fig. 9.** Pormenor do edifício da Misericórdia representado na “Planta de Propriedade” e o edifício ainda conservado na atualidade (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549; Fotografia dos autores).

<sup>5</sup> Nas plantas apresentadas por Amélia Andrade (1990: 43-46), é possível verificar que no século XIV, no quarteirão em frente à fachada da Matriz, existia a rua da Fraria. Esta rua foi posteriormente obliterada pela construção da Misericórdia, tal como se vê na planta referente ao século XVI.

No entanto, é de realçar o destaque atribuído a este edifício, que concorre com a própria Igreja Matriz, que possivelmente representa o hospital da vila. Construído nos finais do século XV (Andrade, 1990: 28), este equipamento constitui, como já referido, um elemento de alteração da dinâmica de evolução de Ponte de Lima, mas também um indicador do desenvolvimento urbano de Ponte de Lima, nomeadamente quanto ao aumento da densidade do espaço construído no intramuros nos finais da época medieval.

### 2.2.3. O Castelo

Não é conhecida a existência de um castelo na vila de Ponte de Lima anterior ao século XV. Até então, as estruturas de cariz defensivo e militar estavam reservadas aos panos e torres do sistema defensivo.



**Fig. 10.** Pormenor do Castelo representado na “Planta de Propriedade” e alguns dos vestígios ainda conservados na atualidade (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549; Fotografias dos autores).

Construído em 1464, assume-se como a primeira construção do tipo senhorial permanente na vila, passando a servir de residência para o alcaide-mor (Andrade, 1990: 25). Ocupando praticamente todo o quarteirão entre a porta do Souto e a de Braga, a sua construção terá produzido um impacto significativo no tecido urbano do século XV, uma vez que alterou o trânsito e modificou as artérias existentes naquele quadrante da vila.

O edifício conservado na atualidade parece confirmar o desenho, verificando-se o aproveitamento do pano de muralha para adossar uma das suas torres e, partir desse ponto, construir uma cinta para o interior da vila (Fig. 10).

Todavia, ainda que a iconografia conserve a sua aparência medieval, o edifício foi sofrendo uma paulatina transformação, por via de adições e reformulações, que resultaram na conversão do castelo num edifício tipo paço, atualmente conhecido como os Paços do Marquês<sup>6</sup>.

#### 2.2.4. Artérias e quarteirões

Do conjunto de vias e caminhos representados na iconografia, a observação do atual núcleo urbano de Ponte de Lima permite estabelecer uma correspondência entre 10 das artérias presentes no documento gráfico e 10 das artérias existentes na urbe atual (Fig. 11). Neste sentido, relativamente à organização da rede viária, destaca-se na iconografia a existência de um extenso percurso, atualmente dividido pelas ruas do Souto, da Abadia e Padre Francisco Pacheco. Trata-se de uma artéria que atravessa longitudinalmente todo o espaço intramuros e que parece constituir o elemento estruturante e ordenador da rede viária. A partir a artéria em questão ocorre uma “ramificação” de artérias secundárias, muitas delas artérias sem saída, comumente designadas como “becos”.

As artérias que parecem não possuir correspondência poderão constituir uma evidência da forma como a massa edificada foi aumentando, observando-se, por um lado, a apropriação do espaço público e, por outro, a aglutinação de vários quarteirões. Desta forma, observa-se que o desenvolvimento do edificado, nomeadamente a densificação das construções, começam a cobrir e a substituir passagens e caminhos, reduzindo a sua visibilidade.

A facear as artérias, surge, num esquema de repetição quase padronizado, a representação de várias parcelas colocadas de forma a delimitar os quarteirões urbanos. A perspetiva esquemática e desequilibrada, quando comparada com

<sup>6</sup> Para uma descrição cronológica detalhada sobre o processo construtivo consultar: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9001](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9001)



as restantes estrutura e edifícios, possivelmente terá constituído uma forma de representação do casario urbano, concentrado e sem grandes características diferenciadoras entre si.



**Fig. 11.** Algumas das artérias representadas na “Planta de Propriedade” ainda existentes no tecido urbano atual (Imagem de satélite: Google; Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549).

### **2.3. Espaço extramuros**

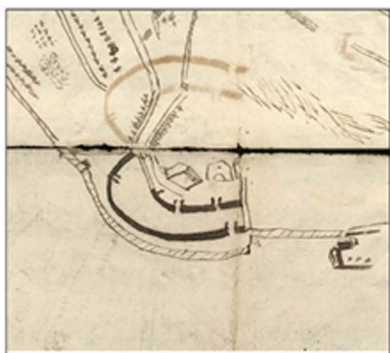
O espaço representado na “Planta de Propriedade” não se limita apenas à urbe contida pelos muros da vila. O espaço extramuros encontra-se igualmente registado, sendo notório na forma de representar a inclusão de elementos que indicam já uma ocupação do tipo urbano no exterior.

Possivelmente constituindo ainda um momento de transição onde a urbanização da vila se vai expandindo para os arrabaldes adjacentes, o espaço extramuros apresenta já diversos elementos de uma topografia urbana. A forma como o casario se encontra disposto ao longo das vias, faceando-as, e se vai agrupando sob a forma de quarteirão, parece já indiciar a formação de ruas e de quarteirões urbanos (Fig. 12).



**Fig. 12.** Representação total da planta com inclusão do verso. Sendo notória a distorção da representação, a escala (meramente indicativa) foi projetada apenas com o recurso a dois pontos e com base nas imagens de satélite (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549).

Alguns dos elementos que se destacam na representação parecem indicar que a urbe de Ponte de Lima se expandiu tendencialmente para os arrabaldes a nascente, mais precisamente para o quadrante exterior das Porta do Souto e da Porta de Braga. Neste espaço, a edificação que mais se destaca parece ser o Convento de Santo António, do qual é possível identificar a sua Igreja e cerca (Fig. 13). Trata-se de um convento da Ordem Terceira, situado na orla da vila medieval e cuja edificação terá começado no século XV, apesar de hoje subsistir sobretudo o edificado dos séculos XVII e XVIII (Matos, 2000: 152).



**Fig. 13.** Pormenor do Convento de Santo António representado na “Planta de Propriedade” e as fachadas dos edifícios ainda conservados na atualidade (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549; Fotografias dos autores).

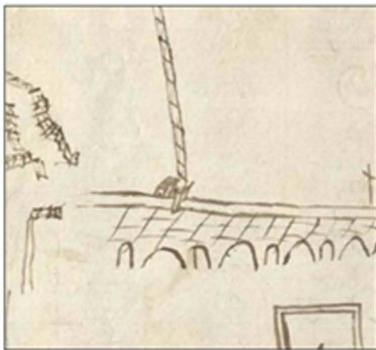
Na margem contrária à vila, o espaço representado junto à ponte é onde se concentra outro do foco de urbanização no exterior da cerca urbana. Imediatamente à ponte, a Torre Velha surge representada no desenho apeada quase na sua totalidade, numa ação possivelmente relacionada com a construção da Igreja de Santo António da Torre Velha (Figura 14). A igreja que na atualidade serve de remate à ponte, surge da reformulação de uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Esperança<sup>7</sup>, operada no século XIX (Lemos, 2003: 109). Todavia, o desaparecimento da torre terá ocorrido de forma progressiva e faseada, uma vez que em 1856 ainda se encontrava parcialmente erigida<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Na freguesia de Arcozelo é referida a existência de uma capela com a mesma dedicação em 1758 (Capela, 2005: 322).

<sup>8</sup> Como é possível verificar através de uma fotografia, de 1856, atribuída a Anthero Frederico de Seabra (Almeida, 2004: 141).

Ausente do documento, a Capela do Anjo da Guarda constitui, tal como a ponte, uma das mais antigas estruturas conservadas na paisagem urbana de Ponte de Lima<sup>9</sup>. Situada junto da Torre Velha, a estrutura materializa um estilo de transição entre o românico e o gótico. A construção original deverá datar do último quartel do século XIII, tendo sido reformulada ao gosto barroco já no século XVIII (Lemos, 2003: 67-68).

Ainda que constituindo uma referência religiosa de longa duração na vila limiana, o motivo pelo qual esta estrutura não foi incluída na representação não é de todo explícito. Consequência da perspetiva adotada pelo desenhador, ou por outro fator desconhecido, facto é que a ausência da capela da planta constitui uma postura antagónica ao detalhe com que outras edificações são representadas (Fig. 15).



**Fig. 14.** Pormenor da Igreja de Santo António da Torre Velha representado na “Planta de Propriedade” e o templo ainda conservado na atualidade (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549; Fotografias dos autores).

<sup>9</sup> Nas Memórias Paroquiais de 1758 podemos encontrar a seguinte referência: “*Há mais nesta freguezia huma ermida aberta e formada de cantaria em três arcos dedicada ao anjo S. Miguel, intitulada S. Miguel do Arnado. Está situada na margem do rio e contigua à ponte e hé pertense à camera da villa de Ponte de Lima.*” (Capela, 2005:322).



**Fig. 15.** Pormenor da ausência da Capela do Anjo da Guarda na “Planta de Propriedade” e a estrutura ainda conservado na atualidade (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549; Fotografias dos autores).

## 2.4. Elementos e espaços transformados

A evolução da paisagem e o crescente urbanismo de Ponte de Lima implicaram a ocorrência ao longo do tempo de diversas transformações e reconfigurações operadas na topografia da urbe, com principal incidência na primeira metade do século XX (Soares, 2014:15).

O chafariz do Largo Camões, que se encontra no atual centro da cidade, é uma construção que data dos finais do século XVI e cuja autoria, tem sido atribuída a João Lopes, *O Moço*, tendo por base os traços renascentistas que exhibe (Almeida, 2004: 146). Observando-se a “Planta de Propriedade”, é possível verificar que nem o Largo Camões nem o chafariz estão presentes no desenho (Fig. 16). Quanto ao Largo, a justificação para a sua exclusão será meramente cronológica, uma vez que se trata de um arranjo urbanístico da década de 20 do século XX (Almeida, 2004: 146). O chafariz, por sua vez, ter-se-á mantido no local original até aos inícios século XX, como se documenta na figura 17, antes de ser deslocado para o Largo aquando da concretização deste último (Fig. 17). Na iconografia, o fontenário aparece na parte exterior da vila, junto à Porta do Souto, representado com dimensões exageradas porventura como forma de o evidenciar.

A ponte do chafariz, a ilustração exhibe uma linha carregada sobre a qual não é possível mais do que lançar a hipótese de se tratar de uma conduta de água que ligava o fontenário à zona edificada mais a nascente. Se tivermos em consideração a pendente entre um local e o outro, A existência de uma conduta poderia providenciar o abastecimento do já abordado Convento de Santo António. Mesmo ao lado do

chafariz, encontrava-se também a capela de S. Sebastião<sup>10</sup>, junto da Rua do Calvário e relativamente próxima do local onde hoje se situa o arquivo municipal.



**Fig. 17.** Fotografia antiga de Ponte de Lima com a localização original do chafariz (esquerda) em contraste com a sua localização atual (direita: fotografia dos autores).



**Fig. 16.** Pormenor da localização original do chafariz junto à rua do Souto (Imagem de satélite: Google; Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549).

<sup>10</sup> Segundo a *Corografia Portuguesa* esta capela foi também “(...) *sinagoga dos judeos, quando assistirão nesta terra e moravão na rua nova.*” (Costa, 1650-1715: 197).

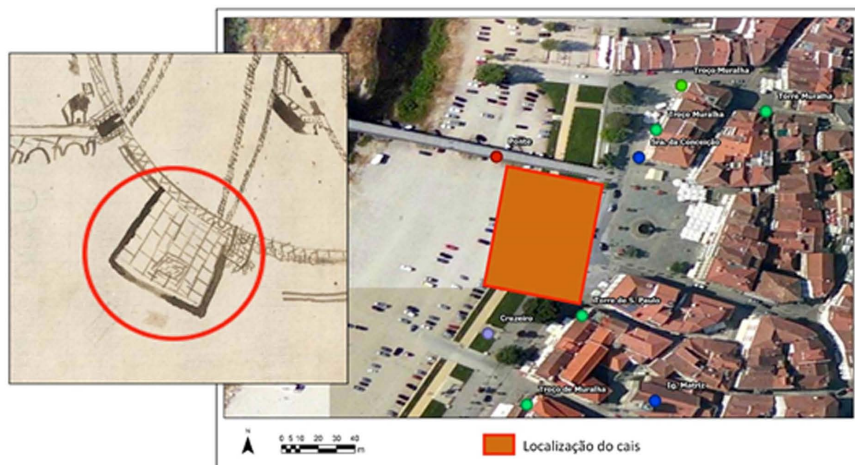
A capela da Nossa Senhora do Rosário está também incluída no conjunto de edifícios que já não fazem parte do edificado atual. Sobre a referida capela, cuja documentação é escassa, sabe-se que já se encontrava erigida no século XV e que fora reconstruída no segundo quartel do século XVIII (Lemos, 2003: 103-104) (Fig. 18). A sua existência é ainda referida na *Corografia Portuguesa*, com a datação 1706, onde surge associada à Torre da Ponte (Costa, 1650-1715:196). A sua desafetação ao culto e consequente destruição ocorreu aquando da implantação do Largo Camões e da reformulação do espaço entre a ponte e o Largo da Feira no século XIX (Almeida, 2004: 154).



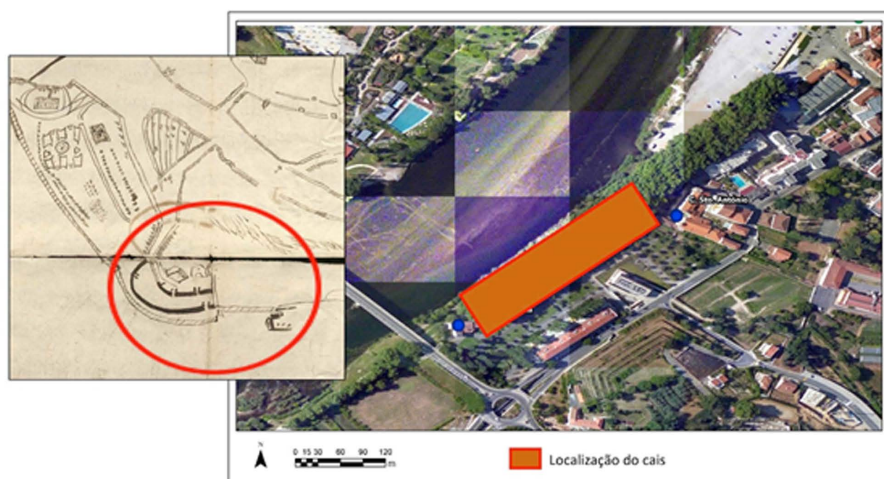
**Fig. 18.** Pormenor da antiga capela da Nossa Senhora do Rosário representada na “Planta de Propriedade” e a sua localização em relação ao tecido urbano atual (Imagem de satélite: Google; Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549).

Depois do sistema defensivo da vila, a construção mais significativa acerca da qual já não resta qualquer vestígio é possivelmente o cais que existia em frente à vila (Figura 19). A descrição mais detalhada sobre esta estrutura, providenciada por Miguel Lemos (1939: 85), refere que no século XIX era conhecido como o “*caes em frente da vila*”. A sua construção ter-se-á iniciado no século XVII com o propósito de sustentar a subida do Lima no inverno, uma vez que tal situação impedia a realização do mercado e causava grande transtorno ao trânsito.

O cais deveria estar localizado em frente à Torre de S. Paulo, o projeto de construção ditava que se estendesse ao longo de todo o muro da vila até à Torre da Cadeia, tendo sido construídas cerca de 30 braças.



**Fig. 19.** Pormenor do cais da vila representado na “Planta de Propriedade” e a sua localização em relação ao tecido urbano atual (Imagem de satélite: Google; Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549).



**Fig. 20.** Pormenor do cais da Guia representado na “Planta de Propriedade” e a sua localização em relação ao tecido urbano atual (Imagem de satélite: Google; Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549).



Todavia, o cais da frente da vila é considerado como uma obra falhada dada a incapacidade de conter a força da água. Por volta de 1753, a estrutura já se encontrava em fase de degradação e em 1755 tem início a construção do novo cais, o chamado “cais da Guia” (Lemos, 1939: 221). A nova localização foi deslocada para jusante da anterior edificação, ocupando o espaço ribeirinho entre convento de Santo António e a capela de Nossa Senhora. da Guia, local onde também existiu uma gafaria (Costa, 1650-1715: 197) (Fig. 20).

### 3. CRONOLOGIA

Ultrapassado o obstáculo da identificação do espaço representado e admitindo-se a hipótese de a “Planta de Propriedade” retratar a vila de Ponte de Lima, torna-se necessário após a identificação abordar as questões de âmbito cronológico. Apesar de constituir uma análise complexa, o documento levanta duas grandes interrogações que necessitam de uma abordagem distinta e que compreendem ao *tempo* retratado e ao *tempo* de produção.

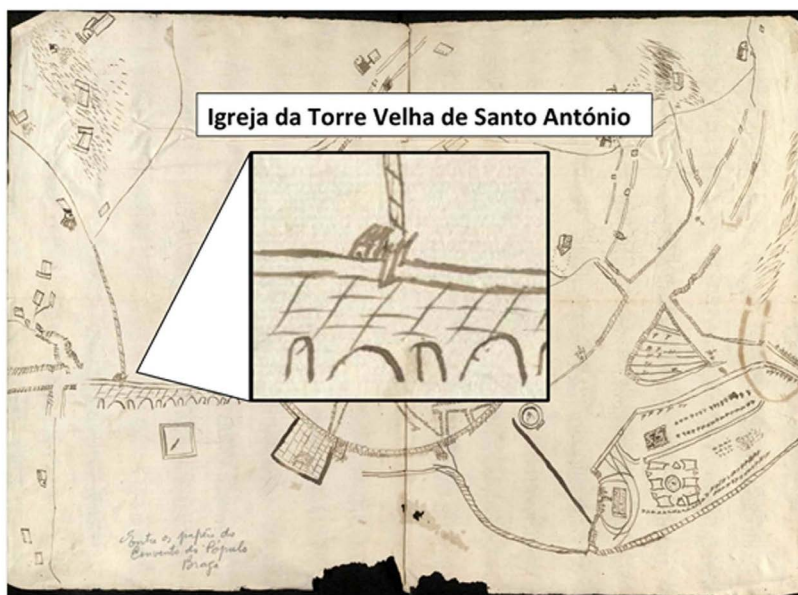


Fig. 21. Pormenor das marcas d'água do papel de suporte à “Planta de Propriedade”  
(Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549).

Relativamente ao *tempo* de produção do documento, a observação do suporte não permite muito mais do que aferir uma datação pouco específica e relativamente abrangente. O papel utilizado regista uma característica invulgar ao possuir duas marcas de água. Assim, tendo em consideração a tipologia do papel e as referidas marcações, a datação do seu fabrico dever-se-á encaixar na segunda metade do século XVIII<sup>11</sup> (Fig. 21).

Quanto ao *tempo* da representação, ou do espaço representado, a baliza cronológica poderá estabelecer-se entre os finais do século XVIII e os inícios do século XIX.

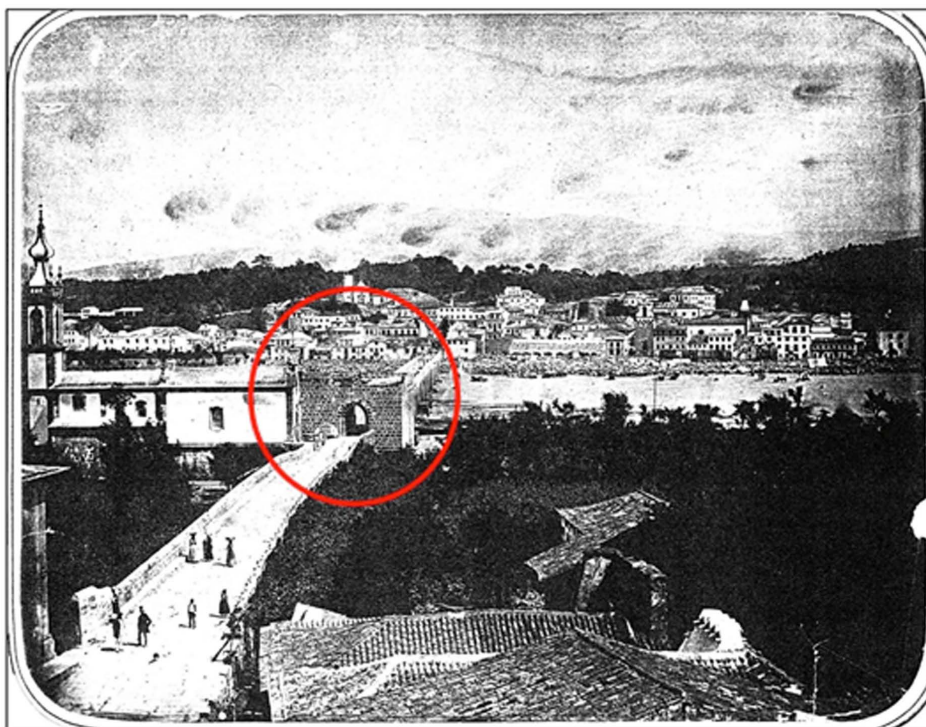
Encarando-se como rigorosa a imagem providenciada pelo desenhador, é possível verificar que o sistema defensivo ainda se encontra bem preservado, mesmo que já observem construções adossadas aos panos de muralha, pelo menos desde o Castelo até à Torre de Santiago. Só a partir de 1787, portanto finais do século XVIII, é que existem registos nas vereações de autorização para a demolição de troços da muralha (Andrade, 1990: 14).



**Fig. 22.** Pormenor dos vestígios da Torre Velha na “Planta de Propriedade” (Fonte iconográfica: ADB, FMC, A, A38, doc. 549).

<sup>11</sup> Segundo a análise efetuada pelo Professor João Garcia, a quem, desde já, expressamos toda a nossa gratidão pelo tempo e sugestões dispensadas. Estendemos o nosso agradecimento à Doutora Márcia Oliveira pela análise do papel.

No entanto, outros detalhes existem no desenho que sugerem para o espaço representado uma cronologia posterior ao século XVIII. Por exemplo, no local onde está retratada a igreja de Santo António, como já referido uma reconstrução do século XVIII, é possível observar-se que já não se encontra representada a Torre Velha na sua totalidade (Fig. 22). Esta ausência sugere-nos que o processo de demolição da torre terá ocorrido possivelmente em dois momentos distintos. Uma primeira intervenção de demolição deverá ter ocorrido na primeira metade do século XIX e o seu apeamento total deverá ser pelo menos posterior a 1858, uma vez que existem fontes fotográficas que registam a igreja de Santo António com a sua volumetria atual e ainda parte da estrutura da torre conservada (Almeida, 2004: 164) (Fig. 23).



**Fig. 23.** Fotografia de Ponte de Lima datada de 1856, atribuída a Anthero Frederico de Seabra (Almeida, 2004: 164).

Se tivermos em consideração a possibilidade de, tal como já referido, a construção da Igreja de Santo António da Torre Velha ter beneficiado da demolição da Torre Velha e a fotografia comprova que em 1858 a Torre ainda se encontrava parcialmente apeada,

esta asserção leva-nos a considerar a possibilidade de esta planta de Ponte de Lima se tratar de uma produção já da primeira metade do século XIX.

No entanto, de acordo com a hipótese acima referida e tratando-se de uma “Planta de Propriedade” de uma congregação religiosa, até que surjam novas evidências é possível afirmar-se que o espaço representado dificilmente será posterior a 1834, altura em que é decretada a extinção das ordens religiosas masculinas em Portugal.

## CONCLUSÃO

A “Planta de Propriedade” em análise neste trabalho configurou-se numa abordagem inicial como documento iconográfico que representava a imagem de uma cidade desconhecida e de difícil identificação, sem data, de traço ingénuo e sem qualquer outro suporte informativo.

No entanto, após uma análise rigorosa e detalhada, os resultados obtidos por via da comparação empírica, sustentada pela tarefa de prospeção, permitiram identificar a imagem, revelando que correspondia à cidade de Ponte de Lima. Deste modo, foi possível efetuar uma primeira caracterização da iconografia, atribuir-lhe uma possível cronologia, bem como confirmar o seu potencial enquanto fonte histórica para o estudo da paisagem urbana.

Trata-se, efetivamente, de um documento que constitui uma fonte iconográfica de grande importância para o estudo da evolução urbana de Ponte de Lima.

O caráter abrangente do desenho, o rigor e a diversidade com que o edificado e os elementos topográficos estão representados, tornam esta “planta” capaz de integrar abordagens a diferentes escalas. Neste sentido, à escala do tecido urbano, constitui uma importante fonte para o estudo da paisagem urbana da vila limiana, nomeadamente no que se refere ao plano urbano, onde a matriz medieval da cidade se encontra ainda muito bem representada, assim como as principais estruturas defensivas (muralha, castelo) e edifícios, nomeadamente religiosos (igreja matriz, misericórdia). De forma mais pormenorizada, ou a uma escala média, constitui também uma fonte propícia para o estudo da topografia urbana, uma vez que o grau de detalhe permite individualizar e observar o sistema viário medieval, bem como a sua hierarquia, os diferentes quarteirões, largos e parcelas, registando igualmente as áreas urbanizadas, em contraste com os espaços verdes ou abertos. O grau de detalhe da representação permite ainda uma abordagem, em determinados casos, à escala dos edifícios ou das parcelas, tornando, assim, possível analisar as características construtivas e a

composição arquitetónica de algum edificado, nomeadamente daquele que é destacado na iconografia, pela sua função, importância e singularidade. Trata-se, contudo, de uma representação estilizada, que carece de rigor topográfico, não possuindo escala, para além de apresentar algumas distorções de perspetiva e proporcionalidade, como aliás é comum neste tipo de fonte. Importa ainda salientar que esta abordagem não logrou responder às questões do propósito que presidiu à sua elaboração, nem determinar com precisão a data exata da sua produção, circunstâncias que levantam obviamente alguns condicionalismos na sua análise e utilização como documento histórico.

Importa, todavia, destacar o seu potencial para o estudo da evolução da paisagem urbana de Ponte de Lima, nomeadamente desde o período medieval até à atualidade, registando elementos que inclusivamente foram sendo subtraídos ou ocultados, alguns dos quais não sobreviveram até à atualidade, outros encontram-se fossilizados e desagradados no plano urbano da cidade atual.

Todavia, e apesar das potencialidades desta iconografia, a sua utilização pressupõe um entendimento das suas limitações bem como da necessidade do seu cruzamento com outras fontes.

Por fim, referir que apesar dos avanços alcançados na análise e interpretação da “Planta de Propriedade” de Ponte de Lima efetuados neste trabalho, que permitem nomeadamente a sua utilização em trabalhos futuros, o estudo desta fonte iconográfica carece ainda de uma análise mais detalhada, com vista, nomeadamente, a contribuir para o estudo do edificado e da evolução urbana de Ponte de Lima.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, C. (1991). “As Origens Pré-Dinásticas de Barcelos”, *Avenida do Minho*, 3: 129-138.
- ALMEIDA, C. A. (2004). “A intervenção arqueológica no Largo Camões - Ponte de Lima”, *Portugalia, Nova Série*, 25: 141-203.
- ALMEIDA, C. e RODRIGUES, S. (2001). “Uma intervenção arqueológica nas portas de Braga da Vila de Ponte de Lima”, *Portugália*, 21-22:191-248.
- ANDRADE, A. A. (1990). *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Livros Horizonte, Lisboa.
- ARAÚJO, A. e SILVA, A. (1985). *Inventário do Fundo Monástico Conventual*, Arquivo Distrital de Braga e Universidade do Minho, Braga.
- ARAÚJO, E., SOUSA, A. e CUNHA, R. (2015). *A universal pintura: a cartografia nas coleções da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*, Biblioteca Pública de

- Braga, Arquivo Distrital de Braga e VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Braga.
- ARGOTE, J. C. (1732). *Memorias Para A Historia Ecclesiastica Do Arcebispado De Braga, Primaz Das Hespanhas, Dedicadas A El Rey D. João V. Nosso Senhor: Da Geografia Do Arcebispado Primaz de Braga, e da Geografia antiga da Provincia Bracarense*, Vol. I, Na officina de Joph Antonio da Sylva, Lisboa.
- ARMAS, D. (2006). *Livro das Fortalezas*, 3ª Edição, Edições Inapa. Lisboa.
- BANDEIRA, M. (2000). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Edições Afrontamento, Porto.
- BOCHACA, M. e ARÍZAGA BOLUMBURU, B. (2016). *Bayonne au Moyen Âge: topographie et paysages urbains*, B.A.B., Universidad de Cantabria.
- CARVALHO, S. L. (1989). *Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*, Livros Horizonte, Lisboa.
- COSTA, A. C. (1650-1715). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem*. Vol. I. Na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade. Lisboa.
- FERNÁNDEZ-SORDO, A. (2010). “Historia urbana en la Galicia medieval. Balance y perspectivas”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 123: 55-90.
- FERREIRA, M. (1992). “Barcelos terra de condes. II parte - esboço da vila medieval”, *Barcelos Revista*, nº 3.
- GASPAR, J. (1985) “A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional”, in *La ciudad hispánica durante los siglos XIII a XVI*, tomo I, Universidad Complutense, Madrid, pp. 133-147.
- LEMOS, M. R. (1939). *Apointamentos para as Memórias das Antiguidades de Ponte de Lima*, Ponte de Lima. Disponível em: <http://pesquisa.arquivo.cm-pontedelima.pt/viewer?id=12624>
- LEMOS, M. R. (2003). *Anais Municipais de Ponte de Lima*, 3ª Edição. Ponte de Lima.
- MARTÍNEZ MARTÍNEZ, S. e ARÍZAGA BOLUMBURU, B. (2017a). *Vitoria en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*, B.A.B., Universidad de Cantabria.
- MARTÍNEZ MARTÍNEZ, S. e ARÍZAGA BOLUMBURU, B. (2017b). *Pamplona en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*. B.A.B., Universidad de Cantabria.
- PEREIRA, A. (2012). *Análise diacrónica do tecido histórico de Barcelos: o sistema defensivo medieval*, Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/23248>
- REIS, A. M. (2000). *Ponte de Lima no tempo e no espaço*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*, 2 Volumes, Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/8113>

- SOARES, J. (2014). *Cultura do Lugar. O caso da casa grande do Além Ponte*, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/12402>
- TEIXEIRA, M. C. e VALLA, M. (1999). *O Urbanismo Português: Séculos XIII-XVIII, Portugal-. Brasil*, Livros Horizonte, Lisboa.